

REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

TERESA CALÇADA

Tenho muito gosto em estar aqui a participar no Encontro «No branco do sul as cores dos livros», sobretudo com tantos criadores e tantos professores. Os meus parabéns à Alice Vieira, os meus agradecimentos pela sua escrita. E eu, porque achei que este encontro tinha muitos criadores aqui presentes, e que se dirigia a muitos desses criadores, pensei que talvez não fosse vaidade acreditar que às pessoas presentes interessa de alguma maneira o tema das bibliotecas, o papel que as bibliotecas escolares podem ter na divulgação das artes e das letras. De outro modo não teria, com certeza, nenhum sentido que eu própria estivesse aqui.

Mas a verdade é que as bibliotecas escolares são um «dar» divulgação dessas obras literárias, científicas, artísticas, e que algum esforço, dedicação e trabalho de democratização do saber, e também não só do saber, mas da informação, e ainda uma tentativa de vulgarização do acto de ler e escrever, de ouvir, de ver, de produzir saberes, esse esforço das bibliotecas (hoje eu falo das escolares, mas porventura das bibliotecas) legitima que eu me permita falar delas.

Acontece exactamente que, de há algum tempo a esta parte, se vem desenvolvendo, nas nossas escolas, um programa de trabalho, a que eu estou ligada, com o objectivo de melhorar as bibliotecas das escolas — entendidas essas bibliotecas

como centro de recursos multimídia, supostamente ao serviço de alunos e professores — com o propósito de melhorar as aprendizagens, pôr à disposição de todos um conjunto de bens, equipamentos e documentos que, expressamente, sirvam esse objectivo.

O programa chama-se «Rede de Bibliotecas Escolares» e é da responsabilidade do Ministério da Educação, que, instrumentalmente, desde 1997 chamou a si essa tarefa.

Alguém disse uma vez que «quem sempre se esforça pode salvar-se»... É só isso que eu tento fazer, esforçar-me para que num domínio como este, em que muitas são as vontades mas poucas as logísticas, se cometa o mínimo de erros possível.

Ao longo daquilo que eu tenho para dizer, que naturalmente não é muito, embora corresponda a algumas reflexões, algum trabalho e uma ligação estreita, está a crença de que as bibliotecas, neste sentido de centro de recursos, têm um genuíno papel de contrariar as formas antigas, clássicas, e modernas de exclusão. Eu considero que este esforço há-de ter algum mérito e, com certeza, evitando erros maiores, alguma valia.

Quanto a fazer bibliotecas escolares, se algum esforço há nisso, ele vem, ou ele tem de vir sobretudo das escolas e dos professores que ao longo dos anos, muitas vezes sem nenhum apoio, muitas vezes até tendo que lutar contra as oposições institucionais, vieram demonstrando que essas mesmas bibliotecas são um instrumento de aprendizagem por excelência. E é por isso que qualquer programa como este encontra a sua própria legitimidade ao aconchegar-se no esforço que algumas escolas e alguns professores, sem apoios de maior, têm vindo a desenvolver na área das bibliotecas enquanto centros de recursos, nas suas próprias escolas.

E penso que é importante que entre nós a escola consiga fazer este papel, de algum modo de sociabilização do saber, tanto mais importante quanto as famílias têm particulares dificuldades para conseguir ocupar esse lugar. E portanto, a sociabilização do saber precisa, acho eu, de ser feita noutras sedes,

de que eu saliento a escola, que não necessariamente a televisão ou produtos menores distribuídos porventura em redes de informação. Sem prejuízo de tudo isto servir de informação e de saber, é importante que a escola ocupe ou, pelo menos, tenha consciência do seu papel de sociabilização do saber, e que nessa perspectiva utilize os instrumentos ao serviço dessas aprendizagens, de que eu me permito sublinhar e salientar o papel da biblioteca.

Eu, para além de salientar o aspecto meritório das escolas e dos esforços que as escolas têm feito para salvar as bibliotecas e para que elas ocupem esse lugar privilegiado de aproximação ao saber, não posso também deixar de sublinhar aqui algumas iniciativas que em sedes diferentes das escolas se foram desencadeando em torno de um tema a que se devia dar atenção — o tema das bibliotecas. Devia sublinhar aqui em particular um conjunto de acções que por volta de 1994/1995 foram levadas a cabo por alguns professores e alguns bibliotecários, nomeadamente o Dr. José António Calixto, bibliotecário da Biblioteca de Setúbal, e que motivaram, também, alguma literatura, algumas preocupações, e acabaram por formar algumas pessoas que vieram a dedicar-se ao tema das bibliotecas.

Igualmente, há não muito tempo, a Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas deu também importância, no quadro das preocupações com informação, às bibliotecas escolares. Também alguns programas, uns mais soltos, outros mais estruturados, ao longo dos últimos anos, agregados directa ou indirectamente ao Ministério da Educação, têm conseguido que o tema das bibliotecas escolares seja respeitado como um tema próprio, intrínseco à vida das escolas; e porventura muitos de nós hoje temos a consciência de que a ausência deste equipamento nas nossas escolas prejudica a relação que é suposto nós termos com o saber, com o conhecimento; que não necessariamente o conhecimento visto só na perspectiva do conhecimento que se adquire, mas exactamente dos instrumen-

tos, das habilidades e das competências que é suposto os alunos adquirirem para poderem ser parte desse saber.

Mesmo que algumas das experiências não tenham sido sempre bem sucedidas, ou bem sucedidas no momento em que elas se analisam, eu tenho para mim que se deve ser tolerante com algumas experiências que nascem ou se desenvolvem num momento em que nem todas as boas condições estão reunidas. E eu acho que alguns de nós possivelmente já pensámos nisto, noutras sedes, nos últimos tempos. Olhámos para a realidade que nos rodeia e verificámos que o tema das bibliotecas escolares se associa a todas estas questões inovadoras do ensino que passam por um instrumento como é a biblioteca dentro da escola.

Se olharmos à nossa volta, dizia, poderemos ver que se modificaram muitíssimo algumas práticas, algumas atitudes, alguma disposição para aceitar e colaborar neste tema, que as próprias lógicas internas às escolas são diferentes e isso não é, com certeza, mérito só de uma parte. É mérito de um conjunto de circunstâncias que eu gostava de deixar consideradas.

Evidentemente que chega, com certeza, a altura de o próprio Ministério da Educação chamar também a si essa tarefa de contribuir sistemicamente para o alargamento desse equipamento de primeira necessidade que se designa Bibliotecas Escolares/Centro de Recursos Educativos; e ao gabinete da rede de bibliotecas escolares cabe a missão de coordenar e executar um programa, um projecto que consiga este objectivo.

Antes de contar algumas das práticas, falarei do instrumento teórico em que de alguma maneira testemunhamos o que pensamos ser uma biblioteca escolar entendida como centro de recursos e portanto deixamos expressas as linhas de orientação e as bases para as bibliotecas escolares no nosso país. Ele, aliás, não traz novidade nenhuma — é um conjunto de reflexões que acolhe aquilo que em muitos países, onde as práticas ligadas à educação e à cultura já reconheceram há muitos anos a importância das bibliotecas, se tem teorizado. Portanto,

o relatório faz-se eco desse princípios e dessas bases; nós tivemos, além disso, a preocupação e a obrigação de o adequar à nossa realidade.

Esse relatório foi editado pelo Ministério da Educação para lançar a rede de bibliotecas escolares, e muitos dos colegas que aqui estão conhecem-no. Ele contém o corpo dos princípios que nós, os que há dois anos vimos executando essa política, pretendemos seja a orientação para este projecto.

Efectivamente, as bibliotecas de que falamos são, no tempo, um velho conceito e também um novo desafio. O próprio nome, o facto de lhes chamarmos bibliotecas, com certeza testemunha isso.

Em tempos, nós explicámos que adoptámos o nome no seu peso tradicional com algum gosto e também porque, de algum modo, isso evitava um conjunto de designações que ao longo dos últimos anos tem sido dado às bibliotecas: media-tecas, centros de recursos, um conjunto de nomes. Adoptámos este nome duplo, a saber: «Bibliotecas/Centro de Recursos Educativos», acreditando que o nome traz o peso e a função tradicional que as bibliotecas vêm ocupando nas nossas sociedades, mas também esta atitude mais instrumental de a biblioteca reunir, na escola, um conjunto de recursos que vão desde o livro aos audiovisuais, aos multimédia, ao serviço da escola enquanto lugar de aprender por excelência.

A minha actividade profissional, aliás, vem estando ligada, há alguns anos, às bibliotecas, e sempre o que me aproximou delas foram as leituras, as leituras hoje, nas suas diferentes formas de acontecerem. E as bibliotecas têm sido, por excelência, um lugar para a prática e difusão da leitura. A história das bibliotecas mostra como elas estão sempre associadas a melhores indicadores de educação e de cultura.

Se calhar, infelizmente para nós, nem sempre é assim, mas qualquer estudo sobre essa realidade mostra que as bibliotecas são, nas Universidades, nas escolas dos ensinos médios, nas famílias, um indicador da qualidade da educação e da cul-

tura que se espera seja das nossas casas seja das escolas nos seus diferentes graus de ensino.

Dizia que a minha aproximação profissional foi sobretudo através das bibliotecas municipais, e aproveito para lembrar que exactamente Beja beneficia de um equipamento desses que mostra, sem sombra de dúvida, o poder catalisador de uma biblioteca bem gerida, diversa e assumindo-se como um lugar onde acontece cultura e onde se disponibiliza, onde se torna vulgar — no bom sentido do termo — a cultura e onde com certeza se faz crescer o público.

Em última instância, quer os criadores quer as pessoas que directa ou indirectamente se ligam à educação e à cultura, outra coisa não desejam do que alargar o público. Eu creio que a biblioteca, neste caso a de Beja, mostra que é possível fazer isso; é isso, com certeza, que nos últimos anos tem sido conseguido.

Não é diferente com as bibliotecas escolares, bem vistas as coisas. Também se trata de conseguir uma manipulação e uma aproximação dos bens que a biblioteca disponibiliza, fazer dela um lugar onde se ganha e desenvolve qualidades para se poder ler, ver, ouvir, pesquisar, produzir e, enfim, saber.

As bibliotecas escolares têm este papel acrescido, primordial, tanto mais importante quanto esse papel de sociabilização de que há bocado falávamos não pode ser cumprido pelas famílias, e não pode ser cumprido pelas famílias porque as famílias têm instrução pequena, porque as famílias têm pouca alfabetização, porque as famílias têm, hoje ainda, elevados graus de iliteracia, seja a tradicional sejam novas iliteracias.

E falo disto sempre com alguma pena, porque nós fomos condenados a um obscurantismo excepcional nos últimos tempos da nossa história passada de que ainda somos vítimas e de que não nos conseguimos livrar com facilidade.

É alguma coisa que eu pessoalmente não perdoo na história do meu país. Penso que nos deixou marcas desonrosas e pesadíssimas, e portanto isso faz crescer, neste caso à escola,

algumas responsabilidades na utilização do saber e na tentativa de ultrapassar estas dificuldades de ligação à informação e ao saber que, melhor com certeza do que eu, os professores aqui presentes reconhecem todos os dias, quer nos seus alunos quer em si próprios. Todos nós nos confrontamos com as dificuldades que nós próprios ou as nossas famílias próximas tiveram ao nível da sua escolaridade, da sua alfabetização e do usufruto de formas culturais: as pessoas terem hábitos de ir à livraria, terem hábitos de comprar livros, terem hábitos de comprar discos, terem hábitos de praticar e consumir alguma cultura. E isto, apesar de a evolução nas últimas décadas ter sido muitíssimo grande no nosso país, não deixa de pesar ainda sobre nós e sobre a comunidade educativa.

Portanto, a escola é ou tem que ser este relacionamento favorável primário com a leitura; eu acho que a assunção desta responsabilidade que a escola tem que ser o relacionamento primário com o campo da leitura é uma imensíssima responsabilidade de todos nós.

Porventura é esta afirmação que mais me liga ao papel das bibliotecas escolares e à convicção de que se pode minimizar este aspecto ainda hoje na escola. E eu digo ainda hoje porque todos nós já percebemos que algumas maneiras de viver hoje em sociedade — que tradicionalmente eram conseguidas na escola — hoje não são, são conseguidos por outros meios. Mas eu acho que, porque nós não vivemos algumas etapas da nossa vida cultural nos últimos tempos, isso responsabiliza mais a escola.

A escola tem ainda hoje algum papel na nossa sociedade. Porventura noutras sociedades mais desenvolvidas já o perdeu com maior facilidade, mas é bom também que nós não sejamos tentados a ceder, a escola não seja tentada a ceder às competências mais fáceis, ou seja, que não se abandonem os ramos do saber em que é mais difícil a aproximação. Eu tenho tendência a considerar que o papel do livro neste particular não pode ser subestimado, ou seja, a biblioteca entendida como cen-

tro de recursos não pode ficar-se nos recursos de aproximação mais fácil, os audiovisuais, as novas tecnologias. O livro é um dos recursos e na escola o livro tem que também ser um recurso e tem que aprender-se a ganhar competências para o usar.

Com a importância crescente daquilo a que se chama sociedade de informação, por maioria de razão esta questão se coloca. Gostaria aliás, de deixar dito aqui que as competências necessárias para uma literacia adaptada à sociedade da informação, tal como hoje existe, passa muito pela escola, pelas bibliotecas, quer pela sua utilização plena na forma clássica (e naturalmente me refiro aqui ao papel e ao impresso) quer por bibliotecas pensadas para as novas utilizações e os novos saberes. Numa nova utilização da biblioteca, não se trata apenas de defender a leitura no sentido tradicional da inevitável competição das tecnologias de informação, mas de utilizar as competências tradicionais da leitura em associação directa com outras competências necessárias para o uso pleno das tecnologias do som, da imagem, da interactividade permitida pelos computadores e em particular pela Internet.

Queria, portanto, por um lado sublinhar o papel do livro e por outro lado dizer que não há aqui senão uma complementaridade, mas uma complementaridade que tem que ser consciente de que é assim.

Todas as tecnologias da informação devem, portanto, estar disponíveis numa biblioteca e não devem, à partida, ser hierarquizadas a partir do livro; na condição, naturalmente, de que a biblioteca se disponha — e é isto mesmo que se deseja — a cumprir o seu papel, não seja passiva, não fique como repositório de livros, de discos, de CDs, de CD-ROMs, de ecrãs ou de outros quaisquer recursos, e que a mudança verdadeira seja feita, essencialmente, na transformação da informação acessível em CD em conhecimento, em aptidões e competências, sendo que a competência do uso de cada uma delas em particular resulta sempre na competência e no uso de todas.

Como compreenderão, se há alguma coisa importante para conseguir levar a cabo este desiderato é que haja recursos humanos capazes de transformar este conjunto de recursos num conjunto de práticas.

Não é um problema, de facto, de luta entre estes suportes. O livro adaptou-se muitíssimo bem à revolução da imagem, coexistiu pacificamente com outras formas de livros, com os CD-ROMs, com os CDs interactivos, com um conjunto vasto de equipamentos que, sem querer entrar nessa polémica, num certo momento parece que vinham roubar o lugar do livro. Não é, no meu entender, disso que se trata — do livro *versus* novas tecnologias. A questão é ver se não se deixa que nenhum destes recursos fique submergido pelos outros e, sobretudo, se isto não representa uma perda do desenvolvimento do pensamento abstracto. De algum modo, ter como obrigação da biblioteca, enquanto centro de recursos, salvaguardar e ensinar as formas e as diferentes habilidades para o conhecimento, sem que alguma perversidade do tipo «mais informação, menos saber» tome conta das nossas escolas ou da nossa relação com o aprender que é próprio da escola.

É importante a consciência de que este recurso não deve permitir, de facto, este aparente paradoxo que é: *havendo mais informação, não há melhor ou maior conhecimento ou saber*. Porque se há uma relação directa entre alfabetização e o consumo — houve tradicionalmente uma relação com o consumo de jornais e de revistas —, noutro tipo de recursos essa relação não é tão directa e então pode haver contradição neste sentido.

Portanto, eu tenho sempre que sublinhar nesta minha visão de *para que servem as bibliotecas escolares* as vantagens de saber ler. Eu acho que há vantagens competitivas em saber ler e acho que a escola deve ser consciente dessas vantagens e ser consciente de que, não sendo Portugal um país onde os hábitos são grandes, onde as práticas ligadas à leitura são confortáveis, então, as insuficientes habilidades no ler trazem a exclusão social e acabam por se juntar às naturais divisões e, de algum

modo, hierarquização entre os que, tendo mais informação, conseguem transformar essa informação em conhecimento e são ricos, alfabetizados e letrados nas diferentes literacias, e aqueles que — para usar uma palavra mais conhecida — ficam *infopobres*.

Eu acho que a escola tem um papel obrigatório para contrariar esta forma nova de exclusão ao nível do saber e penso que, pelo menos, é natural que nos preocupemos com isso, e que nada disto tem a ver com contrariar uma lógica de progresso natural. Evidentemente que o «progresso», digamos assim, passa de umas tecnologias para outras — nós falamos do livro como uma tecnologia. Não é disso que se trata; trata-se é de ter consciência de que as tecnologias não são só bondades, são bondades e maldades, acho que a história mostra isso. Portanto, também aqui, este problema deve ser acautelado nas nossas relações com as bibliotecas escolares.

Aliás, permito-me referir um pensador chamado Giovanni Sartori, que coloca o problema do conflito possível entre o chamado *Homo sapiens* e aquilo a que ele chama *Homo videns* — no sentido de herdeiro do actual —, dependente da imagem e não beneficiário de um progresso tão grande quanto se poderia pensar, porque não desenvolve o aparelho cognitivo ligado ao pensamento abstracto que o homem — como talvez a maioria de nós — dependente da escrita e da leitura clássica acabou por desenvolver. Sem me pronunciar, naturalmente, em adesão completa a esta tese, é óbvio que aqui representa o papel principal a televisão; a televisão foi a grande ruptura nestes paradigmas de pensar. É uma matéria de reflexão em particular para quem está nas escolas e para quem dentro da escola se preocupa com o aprender.

A revolução multimédia está a transformar o *Homo sapiens* produtor de cultura escrita em *Homo videns*, para o qual a palavra foi destronada pela imagem. A televisão cumpre nessa passagem um papel determinante. A primazia do visível sobre o inteligente faz com que o pensamento abstracto tenda a acabar.

Portanto, coloca-se o problema desta cultura audiovisual poder tomar um lugar excessivo — o excessivo aqui é sem que tomemos consciência do que isso representa em termos de instrumento de conhecimento.

Gostava, portanto, de chamar a vossa atenção para esta mudança de raciocínio — todos nós já vimos os mais novos a pensar de uma maneira diferente. Há uma mudança na forma de pensar. Não são só os suportes que mudam, é todo o tipo de pensamento que muda também.

Acho que as pessoas ligadas ao ensino — e eu, ao ter o propósito de fazer alguns centros de recursos nas escolas — têm que pensar que esses recursos sejam usados sem escapar a algumas perversidades, mas com alguma consciência delas.

De facto, no nosso país, o sistema educativo não reflecte nem teve muito em conta as recomendações e as literaturas que se vêm escrevendo sobre estas matérias. As nossas escolas não têm bibliotecas, os espaços são muito feios, os equipamentos também, a estética é muito triste, os professores não têm formação, os funcionários têm uma alfabetização elementar. As escolas assim, parece-me importante, não têm um projecto educativo que tenha dentro de si a biblioteca. Os órgãos responsáveis pela gestão não perceberam, em alguns casos, o papel que as bibliotecas poderiam ter na organização da escola. Então, se é assim, como é que as nossas escolas respondem a esta sociedade de informação com esta tão desagradável situação?

Acho que a biblioteca poderia ser o instrumento que adequava com mais facilidade a escola a estes desafios da sociedade de informação. A biblioteca tinha melhores condições que qualquer outro lugar na escola para se aprender a ler, a escrever, a ver, a ouvir, a produzir — seja autonomamente seja em grupo —, a perceber que o conhecimento também se faz de poderes, de um conjunto de práticas.

Mas apesar de isto ser assim, é preciso dizer que há algumas situações, algumas condições objectivas, que melhoraram. Há mais espaços nas escolas que, quase naturalmente,

hoje nós pensamos que têm que ser para a biblioteca; há mais recursos que não são tão roubados àquilo que possa ser um centro de recursos numa escola, como eram há algum tempo atrás; há mais oferta de formação para professores, mesmo que muitas vezes desigual. As próprias escolas, por razões umas boas outras más, já acabam por incorporar no seu projecto educativo, pelo menos no projecto que obrigatoriamente têm que escrever, a existência e o trabalho da biblioteca, compreendem que tem que haver cooperações, que a escola não pode viver sozinha, que tem de contar seja com a comunidade, seja com a biblioteca, seja com os centros de formação.

Acho que é inegável que isto vem acontecendo, seja porque passa por osmose, seja porque os tempos são outros e acaba por se falar disto, seja por méritos de algumas partes. Isso é a favor dos centros de recursos nas escolas, não é mérito particular de ninguém. Mudou a situação, convinha agora não a desperdiçar! Esse é o ponto!

E eu reconheço que o mais difícil aqui são os recursos humanos. E são os recursos humanos porque alguns não podem fazer-se de um momento para o outro — são as condições de que eu falei há pouco, as famílias e as escolas, os hábitos de leitura ou não leitura, que eles próprios não se constituem, à partida, como um recurso humano que devia estar feito. Porque algumas coisas não é suposto que os professores tenham que as ir aprender, era suposto ou é suposto que faça parte do seu património. Convém que também nós tenhamos consciência disto para muitas vezes não imputarmos muitas responsabilidades ao mundo alheio, porque o mundo alheio somos nós.

Esta questão dos recursos humanos é, de facto, muito importante num trabalho que se queira de adequação das escolas a esses desafios de sociabilização da escola no sentido de dar aos alunos qualidades para responder a essa sociedade, para também conseguir formar quadros e criadores, os chamados intelectuais da nossa sociedade, mais competentes e mais exigentes com o próprio saber que produzem.

É exactamente ao nível dos recursos humanos que encontra as maiores dificuldades um programa como aquele que eu tenho a missão e o gosto de contribuir para desenvolver.

Hoje já não há o risco de que um programa como este se transforme numa crescente de recursos físicos, de recursos de equipamentos, sem que as pessoas os saibam usar ou sem que as pessoas os queiram naturalmente usar e se crie aquela ideia de que fica tudo parado. Acho que não, não há hoje grande perigo disso, embora eu saiba que isso é sempre um perigo quando se tenta desenvolver um programa como este.

O problema maior é encontrar recursos humanos que respondam a estes desafios e, ao mesmo tempo, encontrar estratégias que possam responder à situação de saber que não se fazem bibliotecas escolares sem recursos — instalações, equipamentos — mas que a existência desses recursos só por si não faz a biblioteca.

Não podemos, de modo nenhum, dar lugar a que o excesso de recursos físicos — e mesmo de recursos humanos, não apenas físicos — contrarie o propósito de ter equipamentos que sejam eficazes naquilo para que foram criados. Há que prevenir esta situação com metodologias que escolham bem as escolas que possam ser as primeiras nesta tarefa, que escolham os parceiros mais indicados para esta actividade. Estes parceiros são — no caso do programa que eu tenho em mãos — as câmaras municipais, e em particular as bibliotecas municipais, os centros de formação... Mesmo sabendo que isto só se pode fazer em conjunto, estas parcerias não podem estar logo todas operacionais, vão-se consolidando no tempo. É preciso desenvolver algumas formas de cooperação que não eram usuais entre nós e cito — porque tenho pouco tempo — aquela que para mim é a mais importante neste meu trabalho, a saber, a relação entre as bibliotecas municipais, onde há técnicos de informação profissionais, e as escolas, onde há quem tem o acto da pedagogia, para simplificar.

Eu aposto nesta relação de cooperação entre bibliotecários e professores, e por isso o nosso relatório fala de um «Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares» — SABE —, nome, aliás, que nós recuperámos de uns trabalhos de José António Calixto e que sabemos que é, por excelência, um instrumento nesta cooperação. Mas isto não é um instrumento que se decida no papel, é um instrumento que se faz no trabalho. Portanto, inevitavelmente, leva tempo a desenvolver as parcerias entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas. É que as câmaras municipais fazem parte do mesmo grupo social que nem sempre entende o papel das bibliotecas.

Basta olharmos para a realidade das escolas do 1.º ciclo — não é das bibliotecas! É das escolas do 1.º ciclo — para percebermos o quanto as suas instalações físicas, em muitos casos, revelam amargamente o desprezo social a que são votadas as nossas escolas, para compreendermos que, se isto é assim com as escolas, por maioria de razão que será com um nicho dentro das escolas que são as bibliotecas?

Portanto, é preciso lutar contra muitos vícios e atitudes culturalmente condenáveis, até das forças vivas da sociedade.

Portanto, quase sempre essas dificuldades mais radicais não são dificuldades de recursos, são dificuldades humanas, porque o perigo que se corre é não encontrar quem faça a melhor gestão dos recursos que se vão conseguindo modificar.

O Gabinete das Bibliotecas Escolares, consciente desta grande ameaça, tem tentado em todas as zonas de intervenção (e nós optámos por fazer intervenções privilegiadamente a nível de concelho) estabelecer essas redes nos sítios onde haja trabalho de terreno, haja trabalho com os centros de formação, haja trabalho com a formação de professores.

Não é fácil, mas em todos os sítios onde o projecto tem arrancado, essa tentativa tem sido feita e em quase todos os sítios tem sido conseguida.

Neste momento nós esperamos ter até ao final do ano de 1999 cerca de 500 bibliotecas escolares apoiadas, criadas ou

desenvolvidas ao abrigo deste nosso programa. Algumas melhores, outras menos boas, algumas aquém de muitas bibliotecas escolares que existem no nosso país e que não fazem parte deste conjunto de quinhentas — portanto, o universo pode simpaticamente ser maior. O melhor desenvolvimento de algumas dessas 500 bibliotecas depende, exactamente, destas parcerias, depende, sobretudo, de encontrar nas bibliotecas pessoal com condições para desenvolver este trabalho.

Acabei por me referir quase só aos professores, mas também os funcionários são uma peça-chave num recurso como este. E aqui a falha é ainda maior, e então no 1.º ciclo é muitíssimo maior.

Mas ao nível do Ministério da Educação estão hoje criadas algumas condições para se compreender que tem que haver profissionais de informação no quadro do Ministério da Educação. Creio que a muito curto prazo isso acontecerá e se demonstrará que se vai compreendendo que as bibliotecas não são um lugar só para amadores, embora sejam muito bem vindos os amadores.

Eu disse que esperamos ter cerca de 500 bibliotecas nesta parceria, em particular no 1.º ciclo, com as câmaras municipais, em parceria com as bibliotecas municipais, de quem eu espero muito. Isto representa, aproximadamente, um investimento de dois milhões de contos por parte do Ministério da Educação, sem contar o investimento em recursos humanos. Até este momento foi possível, em todas as escolas que integram a rede de bibliotecas escolares dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário, ter o equivalente a um horário de professor para apoio e trabalho na biblioteca; e foi também possível que, neste conjunto de escolas que envolvem o projecto de que estou a falar, alguns dos professores do 1.º ciclo ficassem só com o projecto de biblioteca. Nas candidaturas por concelho, o número de escolas é mais ou menos metade para o 1.º ciclo e metade para os demais ciclos. Tentamos que haja uma discriminação positiva deste programa no 1.º ciclo, embora qualquer discriminação

positiva no 1.º ciclo seja sempre uma discriminação negativa para os outros ciclos, como vocês sabem melhor do que eu. Mas, de qualquer modo, assume-se esta importância das escolas do 1.º ciclo.

Se contabilizarmos estes recursos humanos, isto envolve muito dinheiro, porque nós estamos praticamente sempre a falar de professores e, portanto, isto representa para cima de 250 professores já no âmbito deste programa e todas as equipas destas bibliotecas ou fizeram ou estão a fazer formação; os centros de formação alargaram muito a sua bolsa de formadores, hoje são muitos os bibliotecários que já se associaram nesta tarefa e correndo, embora, estes riscos, eu acho que é possível admitir que nós vamos ter condições para ir fazendo, no presente, algumas das bibliotecas que não tivemos no passado e temos que responder à capacidade de fazer, exactamente hoje, aquilo que já devíamos ter feito e aquilo que são as bibliotecas do futuro.

Penso que é possível esperar que algumas cumpram esse desafio, que algumas se façam hoje que saibam responder a todas as iliteracias, combatendo algumas formas de exclusão tradicional e também de exclusão moderna associada à era do multimédia. E eu não posso deixar de pedir que, qualquer que seja o centro de recursos ou a biblioteca escolar em que alguns de nós trabalhe ou venha a trabalhar, não se esqueça que o livro é ainda um grande recurso.